

# Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Movimentos divergentes

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, tem dito que o governo mobiliza a base no Congresso para votar a medida provisória que acaba com a taxa das blusinhas. Disse, ainda, que a ideia é votar a MP durante a semana de esforço concentrado presencial, a partir de 31 de agosto. Contudo, líderes ouvidos pela coluna afirmam que ainda não foi resolvido o impasse para indicação do presidente e do relator da proposta na comissão especial. No Parlamento, tem sido difícil conversar sobre qualquer assunto porque a maioria está focada na campanha pela reeleição, seja para a Câmara, seja para o Senado.

## Cheio de recados

O discurso do presidente da OAB, Beto Simonetti, na posse do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luís Felipe Salomão, e do vice, Mauro Campbell, foi incisivo ao defender a sustentação oral dos advogados como instrumento para garantir eficiência e legitimidade. Atualmente, é grande a reclamação dos defensores em relação à dispensa dessa ferramenta inerente à Justiça.

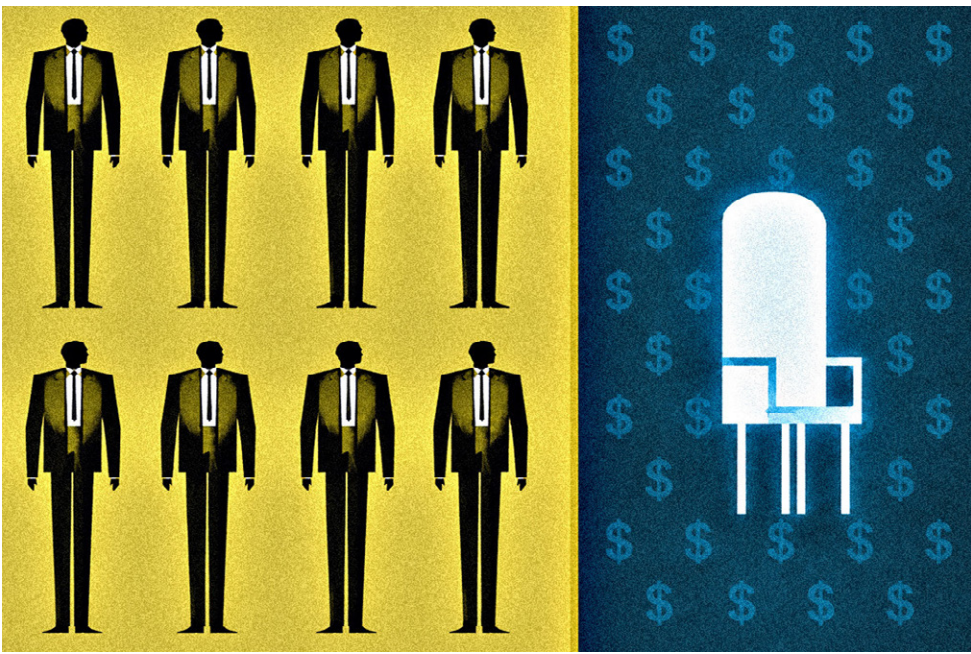
## Jargão de Gaspar

Candidato a vice-presidente na chapa presidencial de Flávio Bolsonaro, o deputado Alfredo Gaspar (PL-AL) discursa pelo país afora dizendo que Lula tem o seu próprio Marcola. Será uma estratégia para desgastar ainda mais a imagem do presidente durante a campanha eleitoral em cima do caso do roubo dos aposentados. E, de quebra, uma tentativa de associar o apelido Marcola ao governo, uma vez que é comum ao ex-chefe de gabinete de Lula, Marco Aurélio Santana Ribeiro, e ao chefe do PCC, Marcos Camacho.

# A difícil renovação do Congresso

Com a decisão dos partidos de reservar recursos para quem é candidato a reeleição, como é o caso do PL, muita gente na política começa a apostar que a renovação do Parlamento será baixíssima nesta temporada eleitoral. Soma-se a essa preferência de financiamento para quem já tem um mandato, a amplitude das emendas parlamentares — hoje no patamar de R\$ 60 bilhões. As emendas praticamente levaram os prefeitos a “fidelizar” e replicar as campanhas dos parlamentares que beneficiaram as administrações locais com emendas.

**Desafiante/** Esse modelo será difícil de quebrar ou de levar à renovação. Quem está chegando agora começa em desvantagem e será difícil empatar o jogo a fim de tentar vencer quem já está no mandato.



## Gaspar que se prepare

Aliás, a equipe de advogados da campanha de Lula está atenta às manobras para tentar associar o governo ao crime organizado e ao chefe do PCC. A ideia é buscar reparação na Justiça a qualquer movimento nesse sentido.

## CURTIDAS

**Prestigiados/** Do Clero aos representantes dos Três Poderes, todos presentes à posse de Luís Felipe Salomão e Mauro Campbell — respectivamente, presidente e vice do STJ. E, desta vez, com uma novidade: dispensou-se a interminável fila de cumprimentos.

**Alguém lembrou/** No rápido discurso de abertura da solenidade, o ministro Herman Benjamin citou o “mega El Niño” como um desafio não só para a Justiça como a todos os Poderes.



**Defesa/** A frase do sempre bem-humorado ministro da Defesa, José Múcio Monteiro (foto), sobre abrir os portões do Brasil em caso de invasão, foi lembrada nas rodas de conversa da posse no STJ. “E não é que ele acabou conseguindo recursos?”, comentou um parlamentar.



Não será uma eleição, será um duelo. Dez passos para cada lado"

**Do senador Eduardo Gomes (PL-TO), ao referir-se à polarização entre o presidente Lula e Flávio Bolsonaro**



# Rotas distintas até o voto delas

Programas de Lula e Flávio apostam em trabalho, renda, cuidado e segurança, mas têm abordagens opostas para atrair apoio feminino

» DANANDRA ROCHA

A disputa pelo voto feminino ganhou espaço central na corrida presidencial. Mulheres representam 52,8% do eleitorado brasileiro, mas continuam sub-representadas entre os candidatos: são 34,8% das candidaturas neste ano. Nesse cenário, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), nomes mais bem colocados, têm propostas diferentes para um eleitorado que reúne mais da metade dos votos do país.

Os programas de governo registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram duas estratégias: Lula aposta na ampliação de políticas públicas, na proteção contra a violência, na redução da jornada de trabalho, na igualdade salarial e na divisão social do cuidado; Flávio concentra a agenda no empreendedorismo, na autonomia financeira, no acesso a crédito, na capacitação, em creches e em mecanismos tecnológicos de proteção.

Em 2022, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas por semana a afazeres domésticos e cuidados de pessoas — entre os homens foram 11,7 horas. Quando se soma o trabalho remunerado ao não remunerado, a carga total também é maior entre elas: 54,4 horas semanais para as mulheres, 52,1 horas para os homens.

Os dados ajudam a explicar por que o tema da jornada ganhou espaço nos programas eleitorais. A proposta de Lula é reduzir a jornada para 40 horas semanais, sem redução salarial, e avançar no fim da escala 6 x 1. O programa também estabelece o compromisso de ampliar a equivalência remuneratória entre mulheres e homens e fortalecer a aplicação da Lei da Igualdade Salarial — em 2024, eles receberam, em média, 27,2% mais que elas considerando o rendimento de todos os trabalhos, segundo o IBGE.

Já Flávio aborda a questão pelo viés da autonomia econômica. Propõe ampliar o acesso delas ao mercado de trabalho, facilitar a abertura de pequenos negócios e integrar qualificação, vagas de emprego e intermediação de mão de obra.

Vittor Sales/Campanha de Flávio Bolsonaro



Plano do candidato do PL sugere a autonomia econômica feminina

O programa de Flávio dedica um capítulo às mulheres. Entre as propostas está a Escola Brasil por Elas, que pretende oferecer cursos gratuitos em áreas como inteligência artificial, programação, marketing digital, finanças e idiomas, com conexão com vagas de emprego e trilhas para

o empreendedorismo.

Na segurança, a diferença de abordagem entre eles também é evidente. Lula coloca o combate ao feminicídio e à violência doméstica entre os principais eixos de sua política para as mulheres. O programa de governo mantém o Pacto Brasil Contra

Ricardo Stuckert /Campanha de Luiz Inácio Lula da Silva



Petista foca na igualdade salarial entre gêneros e na jornada menor

o Feminicídio e prevê a conclusão de 30 Casas da Mulher Brasileira e 15 Centros de Referência da Mulher Brasileira em construção, além da expansão de equipamentos de proteção e monitoramento de agressores.

Flávio propõe a Denúncia Facilitada para integrar o Ligue 180,

delegacias on-line, botão de emergência e centrais de monitoramento em uma plataforma. O programa ainda sugere um sistema nacional de avaliação de risco e o uso de tornozeleiras eletrônicas para agressores submetidos a medidas protetivas de maior risco.

## O dia dos presidenciais

### Zema publica paródia insinuando conluio entre Dino, Moraes e Lula

O candidato à Presidência pelo Novo, Romeu Zema, publicou, ontem, nas redes sociais um vídeo feito por inteligência artificial ironizando a atuação de ministros do Supremo Tribunal Federal no caso que investiga um jornalista maranhense por suposta perseguição ao ministro Flávio Dino e sua família. O vídeo acusa Lula, Dino e o ministro Alexandre de Moraes de atuarem juntos.

### Para Caiado, debate sobre escala 6 x 1 é “populista” e “eleitoreiro”

O candidato do PSD à Presidência, Ronaldo Caiado, classificou como “populista” e “eleitoreiro” o debate sobre o fim da escala de trabalho 6 x 1. Ao participar do 11º Fórum CNT de Debates — Edição Presidenciais, ele afirmou que a proposta tem como objetivo angariar votos. Questionado sobre o fim da escala 6 x 1, Caiado disse que a discussão “não é a do candidato a presidente”.

### Renan critica multa por declarações contra povos indígenas

O candidato à Presidência do Missão, Renan Santos, criticou a ação movida pelo Ministério Público Federal contra ele por declarações sobre os povos indígenas. Considerou a medida “bizarra”. O MPF pede R\$ 500 mil em indenização por danos morais devido a publicações contra 14 etnias que ocupavam o terminal da Cargill, em Santarém (PA), e protestavam contra desestatização de hidrovias amazônicas.